

**- XLVIII -****EQUIDADE NO USO DOS RECURSOS DA EDUCAÇÃO:  
TERRITÓRIO E DIFERENÇA EM UM ESTUDO DE  
CASO****Júlio César Augusto do Valle**Secretaria Municipal de Educação de Pindamonhangaba (SP)  
*sec.educacao@pindamonhangaba.sp.gov.br***Luciana de Oliveira Ferreira**Secretaria Municipal de Educação de Pindamonhangaba (SP)  
*pedagogico.dpe@pindamonhangaba.sp.gov.br*

*“O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida.”*

*Milton Santos*

**INTRODUÇÃO**

Há algum tempo temos sido, enquanto equipe gestora de uma Secretaria Municipal de Educação, confrontados com um elemento bastante contraditório constituinte dos Projetos Político-Pedagógicos das escolas da rede municipal: se de um lado, vemos diariamente a heterogeneidade marcante das práticas e das experiências vivenciadas por diferentes escolas; de outro, é igualmente notória a homogeneidade dos textos desse relevante documento.

Propusemos, então, a fim de enfrentar essa aparente contradição algumas atividades que permitissem às equipes escolares compartilharem o que conhecem sobre o território em que a escola está inserida e também sobre o papel social da escola naquele território específico.

Sob essa perspectiva, apresentamos um elemento central para o desenvolvimento de nossas políticas públicas para a educação municipal: o conceito de território e submetemos ao crivo da comunidade acadêmica as reflexões e as ações realizadas pela equipe de gestão

da Secretaria Municipal de Educação do município de Pindamonhangaba, no Vale do Paraíba, em São Paulo.

### **DESENVOLVIMENTO – “ESCOLA, COMO É O SEU TERRITÓRIO?”**

Para tanto, tomamos como ponto de partida os textos da assistente social e doutora em serviço social, a pesquisadora Dirce Koga e, em alguma medida também, os trabalhos do geógrafo Milton Santos. Ambos propõem, cada um a seu modo, a problematização das perspectivas homogeneizadoras dos segmentos com que lidamos nas políticas públicas e, ao mesmo tempo, das arbitrariedades contidas nas tipologias tradicionais a partir das quais os representantes eleitos do povo formulam tais políticas.

Para tais autores, contrapondo-se a um entendimento passivo do território, existe uma interação constante dos atores com o território, que implica necessariamente em determinadas relações sociais, econômicas, políticas e culturais, tornando-o conceito dinâmico e sempre presente nas maneiras de se organizar o cotidiano.

**Figura 1 - Gestoras de uma mesma unidade escolar apresentando o território.**



Afinal, conforme nos ensina Milton Santos (2002), o território somente se torna conceito útil para a análise social quando considerado a partir de seu uso e, mais além, quando pensado em conjunto aos atores que dele se utilizam. As inúmeras experiências de êxito nas políticas públicas da assistência social reiteram essa possibilidade, o que nos inclina ao desafio

de encontrar “uma metodologia capaz de captar as desigualdades e diferenças presentes em cada território e entre os territórios para se estabelecer prioridades não apenas sociais, mas também socioterritoriais” (KOGA, 2005, p. 18).

A primeira atividade foi organizada do seguinte modo: cada gestora de unidade preparou, a partir de uma atividade de recorte e colagem, um cartaz para apresentar seu território. As questões que orientaram a apresentação promoveram um olhar para fora da escola, mas a partir dela.

Existem outros territórios, porém, onde existem mais serviços públicos e a comunidade não tem somente a escola como lugar para onde recorrer. Nesses territórios, é bonito de ver o número de parcerias que as professoras conseguem com o esporte, a cultura, o lazer e a saúde, desenvolvendo projetos belíssimos para sua comunidade. Em outros, nos surpreende o envolvimento da comunidade nas atividades da escola, não somente para apreciar a produção das professoras e das crianças, mas, muitas vezes, para participar efetivamente dessas produções, contribuindo para a revitalização dos espaços escolares, participando de atividades de lazer e de esporte com os filhos aos fins de semana, por exemplo.

Por isso, valemo-nos também da noção de território próximo para nossas ações, isto é, a consideração “das relações imediatas que os cidadãos têm com o local de vivência cotidiana, das suas relações de vizinhança, onde suas necessidades devem ser supridas da forma mais próxima possível” (KOGA, 2013, p. 19). Esses referenciais nos indicam, portanto, que:

O território mostra diferença de densidades quanto a coisas, aos objetos, aos homens, a movimento das coisas, dos homens, das informações, do dinheiro e também quanto às ações. Tais densidades, vistas como números, não são mais do que indicadores. Elas revelam e escondem, ao mesmo tempo, uma situação e uma história... As densidades que se dão fisicamente aos nossos olhos encobrem processos evolutivos que as explicam melhor do que as cifras com as quais são representadas. (SANTOS & SILVEIRA, 2001, p. 260)

**Figura 2 - Primeiras revistas do Projeto Território.**



A partir dessa atividade as comunidades escolares interessadas em aprofundar o trabalho com o conceito de território tiveram a oportunidade, por adesão, de elaborar um material que permitisse a sistematização do que foi discutido e apresentado sobre os diferentes territórios onde estão as escolas municipais. Nas revistas, as escolas buscam descrever, a partir de sua história e da memória da comunidade no entorno, seus projetos e suas necessidades, assim como características contextuais que permitam uma utilização mais localizada do recurso do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Obviamente todas essas comunidades não precisam da mesma política educacional nem da mesma prática pedagógica, mas, ao invés disso, de uma política e de uma prática que respeitem seu território para, a partir dele, desenvolver os mesmos potenciais em toda nossa cidade. Se a política e a prática educacionais não se adaptam aos territórios da cidade, as chances de serem bem-sucedidas são poucas. Observamos isso muitas vezes durante as apresentações feitas pelas gestoras de unidade. *Isso significa que não é um olhar neutro, homogeneizado e apático às diferenças que fará com que os mais diversos territórios progridam em nossa cidade, mas, o revés desse: um olhar cuidadoso à diferença, às particularidades de cada comunidade e às especificidades de cada território.*

Considerar as rugosidades dos diferentes territórios tem contribuído com a definição de políticas de financiamento e planejamento orçamentário mais capazes de atender às

diferenças constituintes de uma mesma rede de escolas municipais. Esse atendimento tem ocorrido, para além de uma distribuição mais equânime dos recursos da educação, a partir de uma melhor utilização do recurso que as escolas recebem diretamente, permitindo um aprofundamento dos projetos pedagógicos locais de cada escola. O uso do recurso passa a ter como disparador, inclusive, as próprias revistas que as escolas produzem.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

KOGA, Dirce. O território e suas múltiplas dimensões na Política de Assistência Social. *Cadernos de Estudo – Desenvolvimento social em debate*, n. 2. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2005, p. 17-21.

KOGA, Dirce. Aproximações sobre o conceito de território e sua relação com a universalidade das políticas sociais. *Serviço Social em Revista*, Londrina, v. 6, n. 1, pp. 30-42, 2013.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. São Paulo: EDUSP, 2002.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura da. *Brasil – território e sociedade no início do século XXI*. São Paulo: Record, 2001.